

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Teresina
2024



CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Diretora

Lívia Fernanda Nery da Silva

Vice-Diretor

Ildemir Ferreira dos Santos

Coordenadora do Setor de

Produção do Material Didático

Maria do Socorro de Andrade Oliveira

Supervisora do Setor de

Produção do Material Didático

Rannyelle Andrade da Silva

Coordenadora-geral:

Carla Andréa Silva

Coordenadoras-pedagógica:

Elys Raquel Andrade Ferreira Borges

Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos

Roberta Gomes de Araújo

Diagramação:

Graziela Oliveira Costa

Maria Emanuely Pinheiro do Nascimento

Uliana Rodrigues Vieira

TERESINA

2024



FICHA CATALOGRÁFICA



SUMÁRIO

Apresentação do Manual de TCC	5
Princípios norteadores do Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em AEE/CEAD/SECADI/MEC	6
Características do artigo científico a ser produzido no curso de Especialização em AEE	7
Produção de natureza coletiva do TCC e condições de apresentação	9
Organização e Participação no Ebook do curso de AEE	10
Equipe de trabalho envolvida	11
Normas Gerais para o Artigo	12
ANEXOS:	19
ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACEITE DE ARTIGO JÁ PUBLICADO	20
ANEXO B - MODELO DE ARTIGO COMPLETO	21



Apresentação do Manual de TCC

O presente manual traz orientações sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Especialização em AEE, abrangendo as trilhas de Educação Infantil e Alfabetização e Ensino Fundamental, Médio e Superior. Ele serve como a materialização do aprendizado teórico e prático desenvolvido ao longo do curso.

Entende-se que a produção de um TCC aprimora as competências desenvolvidas no decorrer do curso, formando um profissional bem mais preparado e compatível com as demandas profissionais, além de atender as prerrogativas presentes na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

A organização deste manual, de fácil acesso aos cursistas que confiaram na proposta de formação em Atendimento Educacional Especializado(AEE) ofertada pelo Centro de Educação à Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí, ilustra o quanto esta proposta formativa tem sido desafiadora e, ao mesmo tempo, impactante. Essa formação deixará marcas significativas na realidade dos professores atuantes em Educação Especial em dez municípios piauienses, bem como em outros estados da federação.

Desejamos uma excelente leitura!

As organizadoras



Princípios norteadores do Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em AEE/CEAD/SECADI/MEC

No curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE, seja na trilha Educação Infantil e Alfabetização, seja na trilha Ensino Fundamental, médio e superior, prevê-se a materialização do aprendizado por meio da prática de pesquisa, realizada com maior autonomia pelos nossos cursistas. Dessa maneira, os cursistas, por já terem vivenciado uma graduação, certamente conseguem estimar sobre as características e estrutura de um artigo científico, trabalho acadêmico produzido e solicitado de forma recorrente ao longo de qualquer curso de formação inicial/graduação.

Assim, o TCC previsto terá natureza autoinstrucional, ou seja, será realizado pelo cursista sem o acompanhamento de um tutor. Os cursistas acessarão os materiais e conteúdos disponíveis de acordo com seu ritmo de aprendizagem e sua disponibilidade de tempo. Nessa modalidade, os autor(es) do TCC constituem-se como os únicos responsáveis pelo conteúdo reunido, bem como pela formatação e estrutura organizativa deste trabalho acadêmico.

Compreende-se que, considerando a natureza autoinstrucional do TCC do curso de especialização em AEE, não há impedimentos para que os cursistas busquem orientação com tutores, professores do curso de especialização ou ainda profissionais atuantes na Educação Especial para obter algum tipo de orientação sobre a elaboração do artigo científico, solicitado como requisito parcial de aprovação no curso.



Características do artigo científico a ser produzido no curso de Especialização em AEE

O artigo produzido no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE poderá ser materializado a partir de um Relato de Experiência, Revisão de Literatura, uma Pesquisa de Campo ou de Produtos técnicos (Cartilhas, Manuais, Mapas, Protocolos, etc), sendo uma decisão exclusiva dos cursistas envolvidos no TCC.

Destaca-se que o artigo produzido poderá ser inspirado em Trabalhos apresentados em eventos, artigos já publicados em revistas ou periódicos indexados, ou capítulo, de livro, publicado, no período de Agosto de 2023 a Janeiro de 2025. Esses trabalhos devem abordar uma das temáticas apontadas em um dos oito eixos temáticos do curso. No entanto, o artigo da especialização em AEE não deve conter o mesmo teor e título do trabalho/artigo original. A execução do trabalho de conclusão de curso ocorrerá de forma grupal (podendo ser em duplas ou trios) . Essa formatação, será compatível ao número de alunos por turma, em cada núcleo (Aqui sugerimos atenção para evitar que alunos fiquem fora das duplas ou trios, pois não está previsto TCC individual). Em tempo, assevera-se que os grupos de trabalho deverão ser preferencialmente constituídos por cursistas do mesmo núcleo e trilha formativa, e o número máximo de pessoas pensadas para cada TCC, teve o propósito de facilitar o acompanhamento dos cursistas pela coordenação de cada núcleo e tutores.

Para fins de organização da coordenação geral do curso de Especialização em AEE e dos seus 10 núcleos, os dados com as informações mais relevantes, relacionadas ao TCC como: modalidade, tema e autores, deverão ser informados



em formulário eletrônico até a data de
20/02/2024 (<https://forms.gle/5JyrG789rRFqTa7Y7>).



Produção de natureza coletiva do TCC e condições de apresentação

Considerando que a maior parte de nossos cursistas realizam uma formação em serviço bem como o quantitativo de cursistas devidamente matriculados no curso de AEE, não realizaremos defesa pública.

Assim que cada coordenação de núcleo acompanhar atentamente a execução do TCC. Tendo em vista que alguns cursista podem se inspirar em publicações suas anteriores ao TCC, caso desejem participar do *ebook*, que será publicado ao final do curso deve-se construir um artigo cujo título e teor não seja idêntico ao já publicado. Além dos cursistas, os docentes e tutores também participarão das publicações.



Organização e Participação no Ebook do curso de AEE

Após avaliação do TCC pelos avaliadores, os cursistas receberão a autorização para o depósito do artigo finalizado, que ocorrerá no SIGAA da disciplina TCC. Nesse momento o(s) cursista(s) deverá(ão) anexar o arquivo do TCC (Artigo científico conforme modelo constante no ANEXO B) para coordenação do curso.

O envio do arquivo final do TCC também deverá ocorrer em até 15 dias depois da autorização para depósito no SIGAA, devendo ser encaminhado ao e-mail: especializacaoaee@ufpi.edu.br. A etapa do envio se constitui como mais uma condição obrigatória para a aprovação dos cursistas. Somente após essas etapas serão tomadas as devidas providências de editoração do *ebook* conforme fluxograma presente no anexo C.



Equipe de trabalho envolvida

A equipe de tutores que acompanha o cotidiano das turmas pertencentes às duas trilhas dos dez núcleos do curso, atuará diretamente na organização da I Mostra de TCC, compondo inclusive a comissão de avaliação e comissão científica.

Os tutores de TCC, que atendem aos cursistas que desejam uma orientação específica para seus trabalhos, cuja dinâmica de construção é autoinstrucional, deverão conferir apoio aos estudantes de seus núcleos. Esse apoio inclui o processo de delimitação dos temas das pesquisas, a correção dos TCCs antes da apresentação pública e a organização das defesas dos trabalhos.

O coordenador deverá contribuir com informações relacionadas às oficinas de produção textual e Normatização ABNT, disponibilizadas na modalidade a distância, que julgar relevantes para o processo de escrita acadêmica dos cursistas. Em tempo, destaca-se que o coordenador de núcleo, juntamente com os respectivos tutores, estarão disponíveis para direcionarem à coordenação do curso de AEE, dúvidas desde que não estejam sob sua gerência, tratando-se de exceções ao estabelecido neste documento.

Será de responsabilidade das secretárias e apoios logísticos do curso caberá tomar as providências necessárias quanto a emissão de documentos como: declarações de participação dos membros da banca examinadora dos TCCs. Eles também deverão fornecer apoio aos núcleos do curso na produção de documentos ou relatórios.



Normas Gerais do Artigo

Formatação:

- Fonte: Time News Roman ou Arial
- Tamanho: 12 para o texto principal e 10 para citações diretas com mais de três linhas e notas de rodapé.
- Espaçamento: 1,5 cm para o texto principal e simples para resumo e abstract, citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, legendas de ilustrações, tabelas e/ou quadros e referências.
- Alinhamento: justificado para o texto principal, incluindo as citações longas com recuo de 4 cm à direita, centralizado para o título e subtítulo (se houver) do artigo e alinhado à esquerda para os títulos e subtítulos (se houver) das seções secundárias.
- Margens: 3 cm para as margens superior e esquerda e 2 cm para as margens direita e inferior.

Citações e referências: conforme as normas técnico-científica da ABNT vigentes.

Redação: gramática normativa da língua portuguesa (incluindo novo acordo ortográfico).

Extensão: no mínimo 8 (oito) e no máximo 12 (doze) laudas, sem contar com as referências.

Numeração das páginas: canto superior direito a 2 cm da borda com algarismos arábicos, fonte tamanho 10, espaçamento simples, sendo que a primeira página é contada, mas não é numerada.

Elementos obrigatórios: título e subtítulo (se houver), identificação do tipo de artigo, autoria(s), resumo e palavras-chave, abstract e keywords, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.



Eixos temáticos em que as pesquisas podem ser desenvolvidas:

1. Práticas Pedagógicas na Perspectiva da educação Inclusiva (Nesse eixo, serão abordadas temáticas que permitam uma articulação entre o AEE e a classe comum, Gestão e ações inclusivas);
2. O AEE e seus segmentos (As pesquisas reunidas nesse eixo poderão abordar o Atendimento educacional especializado destinado ao alunado que é criança/adolescentes/adultos e que por serem pessoa com deficiência,TEA/AH/SD, encontram-se vinculados à Educação infantil, Ensino fundamental,Ensino médio, EJA, ou Educação superior);
3. O Plano de Atendimento Individualizado (As discussões pertencentes a esse eixo temático, se destinam a investigações que possam retratar pormenores da dinâmica bem como especificidades na execução do PEI na Educação básica e Ensino superior);
4. Articulação escola, Pais e familiares (Nesse eixo temático, as investigações poderão se deter sobre a relação entre protagonistas do processo de inclusão escolar em espaços escolares e não escolares);
5. Tecnologias assistivas (As discussões deste eixo poderão englobar investigações sobre recursos, estratégias, produtos, serviços e metodologias que têm como objetivo promover e favorecer a participação dos estudantes com deficiência nos mais diversos contextos educacionais);
6. Produção e aplicação de materiais pedagógicos no AEE (Nesse eixo, serão apresentadas pesquisas, em contextos educacionais relacionados à produção e utilização de materiais pedagógicos no AEE);
7. Formação docente (As discussões reunidas nesse eixo temático abordarão a formação docente em sua relação com os cenários e contextos inclusivos);
8. Normativas e aspectos legais relacionados ao AEE (As pesquisas produzidas nesse eixo temático agregarão discussões sobre aspectos legais e normativos da educação inclusiva e AEE).

Estrutura: conforme orientações para construção de artigo completo, dispostas a seguir.



TÍTULO E SUBTÍTULO (SE HOUVER): CAIXA ALTA, NEGRITO, TAMANHO 14, ESPAÇAMENTO SIMPLES E CENTRALIZADO¹

(indicação do tipo de artigo científico. Apenas as Iniciais Maiúsculas, tamanho 12, espaçamento simples e centralizado)

**Nome Completo do(s) Autor(es) do TCC²
(Apenas as Iniciais Maiúsculas, negrito, tamanho 12, espaçamento simples e centralizado)**

Resumo

Texto com no máximo 250 palavras, onde se expõe o objetivo do trabalho, a metodologia utilizada e os resultados alcançados, por meio de uma sequência de frases concisas e diretas.

Palavras-chave: Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3.

Abstract

Mesmo texto do resumo apresentado acima em língua inglesa.

Keywords: mesmas palavras-chave em língua inglesa.

Introdução

Esta seção deve apresentar a delimitação da temática, a justificativa e os objetivos do trabalho. A temática deve ser, obrigatoriamente, na área do curso pleiteado, conforme previsto no item 4.3 deste Edital. Contudo, não há necessidade de se contemplar exata e precisamente a respectiva área do curso, sendo suficiente que o objeto do trabalho esteja englobado pela

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em _____, realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI, por meio de convênio com a SECADI/MEC

² Trilha AEE:; e-mail:



temática geral da referida área. Por exemplo, no caso da área compreendida pelo Atendimento Educacional Especializado, pode se fazer um relato de experiência sobre práticas inclusivas já vivenciadas e se possível exitosas nos diferentes níveis da Educação básica e Ensino Superior; uma revisão de literatura acerca de temáticas que se relacionem aos direitos e acessibilidades garantidas por lei desde a Educação básica até o Ensino superior; ou uma pesquisa de campo tendo por objeto a proposição de práticas interventivas pelo profissionais que atuam na Educação Especial nas distintas realidades escolares discutidas ao longo do curso.

Desenvolvimento (deve-se atribuir um título e, opcionalmente, um subtítulo para esta seção e suas subseções (se houver)

Dependendo do tipo de artigo científico elaborado, esta seção pode assumir diferentes formatos.

No caso do Relato de Experiência, esta parte pode ser organizada em subseções de descrição e análise da experiência objeto do artigo, evidenciando o contexto da experiência, a forma de registro, o referencial teórico que fundamenta a análise da experiência e as reflexões decorrentes da experiência (aprendizagens, lições, conhecimentos construídos).

No caso da Revisão de Literatura, esta parte pode ser dividida em subseções destinadas à apresentação e discussão dos estudos selecionados, revelando as fontes de pesquisa (base de dados), os critérios de escolha, as categorias ou elementos de análise dos trabalhos consultados e a discussão sobre a relevância e contribuição dos estudos na respectiva área de conhecimento.



No caso da Pesquisa de Campo, esta parte do trabalho pode ser estruturada em 1) referencial teórico, de modo a apresentar uma síntese dos estudos que fundamentam as análises do fenômeno investigado; 2) metodologia, indicando o tipo de pesquisa, o universo, a amostragem e/ou os sujeitos envolvidos, as técnicas de coleta de dados e os procedimentos de sistematização e análise dos dados; e 3) resultados e discussão, concentrando-se na descrição e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa de campo, recorrendo ao referencial teórico como guia de análise da realidade investigada.

Considerações Finais

Esta seção deve apresentar as conclusões do trabalho, retomando os objetivos propostos, de modo a demonstrar como e de qual maneira foram alcançados em relação aos resultados obtidos na pesquisa. Também deve apresentar considerações do autor sobre avanços e limites do estudo, sublinhando sua contribuição na respectiva área de conhecimento ou de atuação profissional, assim como a necessidade de ampliação e aprofundamento da investigação de questões que ficaram sem respostas ou que foram suscitadas pela pesquisa.

Referências

Listagem de todas as referências citadas no trabalho.

Em conformidade com a ABNT mais especificamente a NBR 6023 em vigor.

Anexos e/ou apêndices (se houver)



Neste espaço é possível adicionar carta de aceite das instituições pesquisadas, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE



ANEXOS



ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACEITE DE ARTIGO JÁ PUBLICADO

Eu, _____, cursista do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, Trilha _____, do polo de _____

. Venho requerer o aceite ao artigo de minha autoria, intitulado _____,

publicado em (nome da revista ou periódico indexado ou livro) _____, conforme arquivo em anexo. O artigo atende aos critérios especificados abaixo.

() O artigo foi publicado no período de Agosto de 2023 a Janeiro de 2025; (

) A temática apresenta-se dentre um dos oito eixos;

Eixo abordado _____

Para uso da Comissão de Avaliação

() Aceito

() Não aceito

Motivo: _____

Local, ____ de _____ de 2024

Assinatura do(s) cursista(s)



ANEXO B - MODELO DE ARTIGO COMPLETO

SABERES E FAZERES PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UFPI

Rafaella Santiago
Sousa UFPI -Universidade Federal
do Piauí

Maria Dilma Andrade Vieira dos
Santos UFPI -Universidade Federal
do Piauí

Brunna Stella da Silva Carvalho
Melo UFPI -Universidade Federal do
Piauí

Eixo Temático - Práticas de inclusão escolar no ensino superior
Categoria – Pôster - Relato de experiência

O relato é resultado de um projeto intitulado “Saberes e fazeres da prática inclusiva”, com ações e atividades desenvolvidas no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU). Este núcleo atua promovendo ações institucionais que possibilitam o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da educação especial na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O projeto tem por objetivo inserir estudantes da UFPI em processos de aprendizagens e qualificação para a futura atividade profissional, oportunizando a estes jovens vivenciarem situações relativas à sua área de atuação vinculada com a Política de Educação Inclusiva. O projeto permitiu trazer para o centro do debate sobre formação acadêmica, aspectos relevantes para o exercício e/ou trabalho cotidiano das mais diferentes áreas: Pedagogia, Comunicação Social, Serviço Social, licenciaturas em Física e Biologia. O processo teve início com reuniões para estudos dos Marcos Legais da Política de Inclusão, estudos de casos e discussões. A partir daí, foram desenvolvidas propostas de intervenção no espaço universitário com resultados bastante positivos. Estas ações foram ampliando-se e constituiu-se numa rede colaborativa de trocas de experiências, nas ações de



divulgação, acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas pelo NAU, em organizações de eventos e sobretudo no apoio das atividades



pedagógicas desenvolvidas pelo Núcleo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Formação. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares da sociedade moderna, democrática e cidadã, no entanto, traz consigo as consequências das implicações históricas da sociedade brasileira e do contexto econômico vigente, estando repleta de contradições, formas de exclusão, individualismo e preconceitos. O público-alvo da Educação Especial (PAEE), que envolve pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades/superdotação (CNE/CEB 02/2011), por muito tempo foi excluído e colocado à margem da sociedade.

Antes de 1970, o que se tinha eram ações voltadas para as pessoas com deficiência no escopo da educação e em obras caritativas e assistencialistas. No contexto de acirrada desigualdade, estudos de autores como Bueno (2011, 2005), Jannuzzi (2012) e Mazzota (2011), discorrem que esse público por muito tempo esteve incluído de forma precária ou totalmente excluída das escolas, tornando-se assim, cada vez mais necessário ações interventivas através de políticas educacionais que promovessem a equiparação de condições para acesso e permanência no espaço escolar. O movimento de inclusão social começou tímido na segunda metade dos anos 80 nos países desenvolvidos e ganhou força na década de 90 também nos países em desenvolvimento e no século XXI se expande envolvendo todos os países (SASSAKI, 2010, p. 16).

A partir de um movimento mundial a discussão sobre a inclusão ganhou força e espaço no debate sobre a Educação. Um grande exemplo do reflexo desse movimento foi a “Conferência Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” realizada na Tailândia, em Jomtien,

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

AEE

ESPECIALIZAÇÃO EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EAD UNIVAP UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PIAUÍ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A
DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E
ALFABETIZAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: ENS. FUNDAMENTAL,
MÉDIO E SUPERIOR

em



1990, pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A proposta visava a discussão sobre a necessidade de universalização da educação básica para a paz (MENDES, MATOS, 2014).

Os principais marcos político-legais que fundamentam a necessidade e importância de uma educação de qualidade para todos são: a) a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomteim, na Tailândia (1990); b) a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em 1994 em Salamanca, Espanha, que reafirma o compromisso em prol da Educação para Todos e a necessidade de garantir educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema regular de educação (BRASIL, 2008; MENDES, MATOS, 2014); c) a Constituição Federal Brasileira (1988); e d) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) a qual aponta para um movimento de inclusão, que além de esforço estatal e familiar, é também social.

O Estado tem papel fundamental na promoção de direitos. Por muito tempo a educação era concedida apenas às minorias, aos detentores de poder aquisitivo. Com o passar do tempo, esta passou a ser direito de todos, conforme preconização legal da Constituição Federal Brasileira de 1988, por exemplo. Mendes (2010, p. 105) afirma que a partir da promulgação desta Constituição “iniciou-se uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino””.

Frente a essa atuação Estatal, Sobrinho (2010) considera que é necessário



esclarecer desde logo que a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de democratização. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da democratização da educação superior.

A inclusão no Ensino Superior é algo recente e traz em sua implementação dificuldades que são vivenciadas concomitantemente em diversas universidades. Igualmente percebe-se uma lacuna nos processos formativos acadêmicos com relação ao preparo profissional de sujeitos que atuarão nestes novos contextos sócio culturais, notadamente nos cursos de licenciatura. O Currículo de formação nestes casos, resume-se aos conteúdos vistos nas disciplinas de Libras e em alguns casos, de Educação Especial, todavia, destaca-se a necessidade de se ir além destas propostas e lançar um desafio que permita aos acadêmicos e aos estudantes público-alvo da educação especial vivenciarem situações de aprendizagem sobre convivência, diferenças e possibilidades, levando em conta os indivíduos que tecem a vida cotidiana e que são partícipes deste processo (PATTO, 1993).

A formação destes profissionais há de ser constituída numa dimensão pluricultural, em que as abordagens curriculares e didáticas sejam pautadas na superação dos preconceitos, na afirmação de direitos humanos e no pluralismo de



ideias/concepções. Nesse sentido, é importante que a educação efetive o direito à diferença, baseado na práxis do respeito e da equiparação de oportunidades.

Importante destacar que o processo de construção de um espaço inclusivo na educação, não ocorre de forma padronizada; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças. Levar os estudantes público-alvo da educação especial a participarem ativamente das mais diferentes situações e experiências acadêmicas, pode trazer uma contribuição sem par, para todos os alunos, permitindo refletir sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano da sala de aula, o que leva à flexibilização e à reinvenção de si e desse espaço tão estigmatizador que é a sala de aula.

A Universidade, assim como os demais segmentos da sociedade, precisa trabalhar a inclusão nas suas diversas formas, considerando as singularidades das pessoas que compõem o público-alvo da educação especial e considerando a necessidade de renovação diante das mudanças contemporâneas (MULLER;GLAT, 1999). Nesse sentido a Universidade Federal do Piauí (UFPI), buscou cumprir a legislação, instituindo o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU). O NAU foi criado em outubro de 2014, por meio da Resolução N° 28/2014/CAD/UFPI, para atender à recomendação do Ministério da Educação (MEC), em conformidade com o Programa INCLUIR – VIVER SEM LIMITE, que, desde 2005 (via editais) vem fomentando a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições de Ensino Superior.

O Programa Incluir foi criado a partir da Portaria Normativa N° 14 de 24 de abril de 2007, sendo executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,



Diversidade e Inclusão – Secadi, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013). Nota-se que o Programa surge via portaria mesmo após sua existência no formato de editais a partir de 2005.

O Programa Incluir vem, portanto, criar mecanismos que possibilitem a fissura do modelo tradicional que vigorava nas instituições de ensino superior a fim de remodelar o comportamento dos sujeitos nesses espaços de modo a construir paulatinamente a inclusão do público-alvo da educação especial.

Este núcleo atua promovendo ações institucionais que possibilitem o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da educação especial dentro da universidade por meio da redução das barreiras de ordem pedagógica, arquitetônica, de comunicação, de informação e atitudinais. As ações e atividades desenvolvidas, sob a tutela do NAU, viabilizou experiências de incentivo ao aprendizado, de disseminação das políticas de inclusão e acessibilidade e de tecnologias colaborativas, dentre estas experiências destacamos o projeto Saberes e fazeres da prática inclusiva.

A vivência nas mais diversas experiências suscitou alguns questionamentos como: Como promover processos formativos inclusivos no ensino superior? Quais práticas inclusivas interagem com o currículo das graduações e licenciaturas? Como o núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Piauí – NAU pode contribuir para articular processos de formação de jovens universitários com ações de inclusão? Foram estas e outras questões que nos motivaram a implementar o



projeto “Saberes e fazeres da prática Inclusiva na UFPI.”

OBJETIVOS

O projeto Saberes e fazeres da prática Inclusiva na UFPI tem o objetivo de inserir estudantes da Universidade Federal do Piauí, em processos de aprendizagens e qualificação para a futura atividade profissional. Dentre os desafios propostos pelo projeto, estava o de oportunizar a estes jovens vivenciarem situações relativas à sua área de atuação vinculadas ainda com a Política de Educação Inclusiva da UFPI.

METODOLOGIA

O projeto consistiu em selecionar estudantes das mais diversas áreas e desenvolver um processo formativo que os habilita para ações de apoio à inclusão na UFPI. Os estudantes passam por um processo seletivo que inclui a análise socioeconômica e uma entrevista. Após essa etapa realizamos rodas de conversa com o objetivo de sensibilizar e ampliar as percepções e conhecimentos sobre a temática da inclusão, em seguida são conduzidos a estudos sobre aspectos históricos e Marcos Legais da Política de inclusão, além de realizarmos estudos de casos, momento em que, nas rodas de conversas, são desenvolvidos debates e reflexões sobre os avanços e desafios vivenciados. A dinâmica das intervenções desenvolvidas ocorrem a partir das necessidades identificadas e mediante esse diagnóstico promovemos uma série de ações que impactam para a permanência e o sucesso acadêmico do estudante público-alvo da educação especial. Iniciamos nossas ações no Projeto Saberes e Fazer para uma prática inclusiva em 2017, com a *Campanha “Se liga na Inclusão”*, na qual foi realizada uma blitz educativa nos



espaços da Universidade, com sensibilização da comunidade acadêmica e *aplicação da “Multa Moral”* - uma multa aplicada a veículos que se encontram estacionados em vagas reservadas a pessoas com necessidades especiais e que chamam atenção para o respeito ao direito da pessoa com deficiência.

Figura 1- Multa moral.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

A fim de explorar atividades de extensão, realizamos o *1º Workshop de Técnicas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*, ideia concebida na vivência dos participantes do projeto com estudantes PAEE que apresentavam dificuldades na elaboração de trabalhos acadêmicos; como apresentação de seminários, elaboração de resumos e artigos, resenhas, etc. Partindo da proposta de interferirmos nessa situação, o Workshop apresentou para os estudantes PAEE estratégias de estudo e dicas de como falar em público, montar slides e elaborar mapas conceituais auxiliando-os a vencer estas dificuldades outra estratégia adotada foi a participação de um psicólogo que os orientou a utilizar técnicas de

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

AEE
ESPECIALIZAÇÃO EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EAD
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PIAUÍ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A
DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E
ALFABETIZAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: ENS. FUNDAMENTAL,
MÉDIO E SUPERIOR

relaxamento que os auxiliam no controle da ansiedade.



Figura 2- I Workshop de Técnicas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Outra ação delineada foi a *formação de auxiliares acadêmicos* – estudantes que estudam no mesmo curso que o estudante PAEE e que atuam auxiliando os mesmos na organização dos estudos, na leitura e escrita de textos, na adaptação de materiais e também na mobilidade. Esta ação tem atingido excelentes resultados por ser um acompanhamento mais individualizado. A dupla – auxiliar acadêmico e estudante PAEE, recebem orientações e suporte pedagógicos, dos participantes do projeto do curso de pedagogia, com vistas ao planejamento e organização dos estudos. Vários relatos foram feitos sobre os resultados positivos deste tipo de acompanhamento e sobre a elevação da qualidade do estudo.

Uma das primeiras atividades promovidas no segundo semestre de 2017 foi o *Projeto Sentirgrafia* que culminou numa oficina de fotografia para cegos - cujo objetivo foi desenvolver os sentidos que os deficientes visuais possuem, como tato, audição e imaginação, para a produção fotográfica, de forma que eles realizassem produtos estéticos e artísticos para si. Realizada durante os dias 24 a 28 de julho de 2017, as *oficinas de técnicas fotográficas*, tiveram o espaço da



Universidade Federal do Piauí (UFPI), como palco de experimentações, bem como outros espaços da cidade tais como o Mercado Municipal e o Parque Ambiental Potycabana. Os estudantes participantes do projeto Saberes e fazeres auxiliaram nas articulações de divulgação do projeto e atuaram junto aos estudantes cegos e com baixa visão como auxiliares durante as oficinas do Sentirgrafia.

O projeto Sentirgrafia surgiu em consequência de um documentário (Escute...), realizado pela jornalista Manoela Meyer, o qual aborda a relação entre cinema e cegueira. Selecionado pelo edital Rumos 2015, do Instituto Itaú Cultural, o projeto apontou o Piauí para receber as oficinas. por ser o estado com maior taxa per capita de deficiência visual do país: mais de 22% da população, conforme dados do IBGE.

Figura 3- Projeto Sentirgrafia.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Ainda em julho, foi realizado, em parceria com o Centro de Apoio Pedagógico do Estado (CAP) e apoio dos participantes do projeto, o *Minicurso de orientação e mobilidade*, para estudantes com deficiência visual, existentes na instituição. O principal objetivo do curso foi possibilitar o aprendizado de estratégias de orientação e mobilidade nos diversos espaços dentro da



universidade de modo a viabilizar a autonomia desses estudantes contemplando os trajetos para suas salas de aula, banheiros, restaurante universitário, biblioteca, praças de alimentação e paradas de ônibus.

Figura 4- Minicurso de orientação e mobilidade.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Ainda no segundo semestre de 2017 realizamos o *II Encontro da Rede Piauiense de Leitura Inclusiva*. O evento é resultante de uma ação articulada entre diversos parceiros institucionais, dentre eles a Fundação Dorina Nowill, a Associação de cegos do Piauí - ACEP e teve como objetivo mobilizar e estreitar o relacionamento entre os diversos públicos que intermedeiam ações de leitura, como educadores, bibliotecários, profissionais do livro e leitura, organizações sociais e governamentais, e desenvolver ações inclusivas de leitura e, a partir deste diálogo, compartilhar e fortalecer as ações locais apresentando um cenário da leitura inclusiva no Piauí/Brasil. Na oportunidade os estudantes tiveram a experiência de cooperar na organização e execução do evento. A experiência oportunizou outros saberes e fortaleceu a prática de gestão e de atividades colaborativas.



Figura 5 - II Encontro da Rede Piauiense de Leitura Inclusiva.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Em 2018 realizamos a *I Mostra Inclusiva de Artes e Imagens (Ilustrações, Fotografias e Vídeos) da UFPI*, a mostra, um desdobramento do projeto Sentirgrafia, trouxe para o espaço acadêmico debates e reflexões sobre acessibilidade comunicacional. Nesta perspectiva, os estudantes e participantes do projeto puderam perceber o quanto as mídias e espaços de comunicação estão carentes de profissionais que dirijam o olhar para as pessoas que não dispõem de acesso a leituras e comunicações acessíveis com os recursos de legenda, janela de libras, braille e áudio - descrição. A Mostra apresentou ainda, artes, fotos e vídeos produzidos por pessoas com deficiência visual e foi espaço de interação e muito aprendizado. Os bolsistas atuaram ativamente no decorrer do evento e na oficina de arte realizada com as pessoas com deficiência, aprendendo o manejo com os diversos sentidos dos envolvidos, de modo a adequar a descrição dos instrumentos disponibilizados (tecidos, papéis de diferentes texturas, tintas das mais diversas cores, garrafas pet e outros materiais).



Figura 6- I Mostra Inclusiva de Artes e Imagens (Ilustrações, Fotografias e Vídeos) da UFPI



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e eventos elencados apontam para uma perspectiva de afirmação e ampliação da política de inclusão implementada pela UFPI através do NAU e com o apoio dos participantes do projeto. Neste sentido, esta experiência tem enriquecido os saberes acadêmicos e tem sido mola propulsora para ampliar as discussões sobre os processos formativos das juventudes no Ensino Superior na perspectiva da inclusão, bem como para subsidiar as mudanças culturais indispensáveis ao espaço Universitário.

O envolvimento dos estudantes de Pedagogia, Comunicação Social, Serviço Social, Licenciatura em Biologia e Física favoreceu uma compatibilização teórica – prática, agregando valor à vida acadêmica e pessoal. Estamos vivendo um período de transição social e educacional e é certo que ainda há muito o que aprendermos. A inclusão educacional é um processo gradual e global. Mendes e Matos (2014) destacam que a inclusão escolar ultrapassa o aspecto voltado



apenas à socialização e alcança outro patamar que seria o do desenvolvimento pleno dos alunos em salas comuns.

Trazemos marcas arraigadas de uma história que foi marcada pela exclusão social dos indivíduos com deficiência e, ao mesmo tempo, damos os primeiros passos para a construção de uma nova história, cujo impacto para as gerações futuras dependerá dos avanços e das conquistas produzidas nos mais diferentes espaços sociais. A educação de pessoas com deficiência apresenta muitas especificidades e requer profissionais engajados no objetivo de proporcionar um processo de ensino/aprendizagem que destaque importância para práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, cooperação e solidariedade.

Nosso papel é fomentar no espaço acadêmico e social um novo olhar e uma nova atitude, e isto está sendo alcançado com o Projeto Saberes e fazeres para uma prática inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. “**Plano Viver sem Limite**”. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.



Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 15 ago.2018.

BUENO, J. G. S. et al. **Políticas de educação especial no Brasil**: estudo comparado das normas das unidades da federação. Brazilian special educational policies: a comparative study of the unities federation norms. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 1, p. 97-118, 2005.

_____. **Educação especial brasileira**: questões conceituais e de atualidade. São Paulo, EDUC, 2011.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. rev. Campinas, SP: autores associados, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia; MATOS, Selma Norberto. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Dossiê temático-curriculo e prática pedagógica**. Práxis educacional, vol. 10, n. 16, jan/jun, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves . **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MULLER, T.M.P; GLAT, R. **Uma professora muito especial**: questões atuais de educação especial. Viveiros de Castro, 1999.

PATTO, M. H. S. **O conceito de cotidiano em Agnes Heller e a pesquisa em educação**. Perspectivas, n.1, v.16 1993. Disponível em:
<http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/o_conceito_de_cotidianidade.pd>
Acesso em 08.08.2018.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2011. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível



em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites a Inclusão**. Educ. Soc. , Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



ESPECIALIZAÇÃO EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A

DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E
ALFABETIZAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: ENS. FUNDAMENTAL,

MÉDIO E SUPERIOR